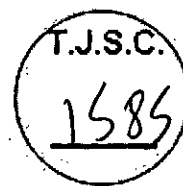




ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Apelação Cível nº 0004444-76.2010.8.24.0036

CERTIDÃO

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 21 de março de 2019, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Florianópolis, 21 de março de 2019.

Desiany Rodrigues dos Santos

Divisão de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes
Diretoria de Recursos e Incidentes

TERMO DE REMESSA

Em 21/03/2019, remeto estes autos ao(à) Chefe de Cartório da
Vara Faz Púb, Acid Trab e Reg Púb - Unid 100% Dig de Jaraguá do Sul.

Desiany Rodrigues dos Santos

Divisão de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes
Diretoria de Recursos e Incidentes



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO
NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS**

OF.PROCONT/PGE N.º 027883/2025/2013.01.018326.
DE 2025.

FLORIANÓPOLIS, 19 DE MAIO

**ASSUNTO PRINCIPAL: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 5001303-75.2021.8.24.0036
PROCURADOR(A) VINCULADO(A): VANESSA VALENTINI
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Senhor(a) Consultor(a) Jurídico(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, e por determinação da Procuradora do Estado **Vanessa Valentini**, informo, por meio deste, o teor da sentença proferida em primeira instância, bem como do acórdão proferido em grau recursal, nos autos do processo judicial nº **0004444-76.2010.8.24.0036**, cujo **trânsito em julgado ocorreu em 21/03/2019**.

A sentença de primeiro grau julgou **parcialmente procedentes** os pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos seguintes termos:

III – Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente Ação Civil Pública aforada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, declarando extinto o processo com resolução do mérito (art. 269, I, do CPC), para **RECONHECER a prática de ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, incs. I e V, da Lei n. 8.429/1992** e, em consequência:

III.1) CONDENAR a ré JUREMA WULF: a) à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, no montante de **R\$ 72.750,00 (setenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais)**, em favor do Estado de Santa Catarina, corrigido monetariamente pelos índices oficiais, a partir do recebimento de cada valor indevido (conforme discriminado no corpo desta decisão), e acrescido de juros de mora, a contar da citação; **b) à perda da função pública; c) à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos; d) ao pagamento de multa civil de 2 (duas) vezes o valor do acréscimo patrimonial obtido (R\$ 72.750,00), corrigido monetariamente pelos índices oficiais na forma especificada no item "a", e acrescido de juros de mora, a contar da citação; e) à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 (dez) anos.**

III.2) CONDENAR a ré DILVA DOLZAN: a) à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, no montante de **R\$ 19.750,00 (dezenove mil e setecentos e cinquenta reais)**, em favor do Estado de Santa Catarina, corrigido monetariamente pelos índices oficiais, a partir do recebimento de cada valor indevido (conforme discriminado no corpo desta decisão), e acrescido de juros de mora, a contar da citação; **b) à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos; c) ao pagamento de multa civil de 2 (duas) vezes o valor do acréscimo patrimonial obtido (R\$ 19.750,00), corrigido monetariamente pelos índices oficiais na forma especificada no item "a", e acrescido de juros de mora, a contar da citação; d) à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 (dez) anos.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO
NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS**

Ressalta-se que o **acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve integralmente a sentença, não havendo qualquer modificação do conteúdo decisório**. As cópias da referida sentença, do acórdão e a certidão de trânsito em julgado encontram-se devidamente arquivadas nas páginas **4 a 226** dos autos internos desta Procuradoria.

Diante do exposto, e com fundamento no art. 69, inciso VI, c/c art. 70, §§ 1º e 2º, da **Lei Complementar Estadual n. 317/2005**, solicito a adoção das providências cabíveis para o **cumprimento da decisão judicial**, conforme os termos nela estipulados.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

Nathalia de Souza Lamego

Estagiária de Pós-Graduação

Ilmo(a) Senhor(a)
**Consultor(a) Jurídico (a) da
Secretaria do Estado da Administração – SEA
NESTA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO
NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS**

OF.PROCONT/PGE N.º 035957/2025/2013.01.018326.
JUNHO DE 2025.

FLORIANÓPOLIS, 12 DE

**ASSUNTO PRINCIPAL: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 5001303-75.2021.8.24.0036
PROCURADOR(A) VINCULADO(A): VANESSA VALENTINI
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Senhor(a) Consultor(a) Jurídico(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, por determinação da Procuradora do Estado **Vanessa Valentini**, sirvo-me do presente para encaminhar as informações necessárias à efetivação do registro da penalidade no Cadastro de Penalidades – CADPEN, conforme solicitado no âmbito do expediente SEA nº 9462/2025:

- 1. Número do CPF do sancionado:** 464.077.909-72 (Jurema Wulf) e (511.706.479-87) Dilva Dolzan;
- 2. Nome completo dos sancionados (pessoa física):** Jurema Wulf e Dilva Dolzan;
- 3. Número do CNPJ do sancionado:** Não se aplica, tratam-se de pessoas físicas;
- 4. Nome da pessoa jurídica sancionada:** Não se aplica, tratam-se de pessoas físicas;
- 5. Endereço eletrônico do sancionado:** Informação não disponível nos autos;
- 6. Abrangência da penalidade:** Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de **10 (dez) anos**, abrangendo **todas as esferas da Administração Pública e todos os Poderes**;
- 7. Data de início da contagem do prazo de vigência da penalidade:** 21/03/2019, data do trânsito em julgado da decisão sancionatória.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

Nathalia de Souza Lamego

Estagiária de Pós-Graduação

Ilmo(a) Senhor(a)
**Consultor(a) Jurídico (a) da
Secretaria de Estado da Administração – SEA
NESTA**